

diálogos

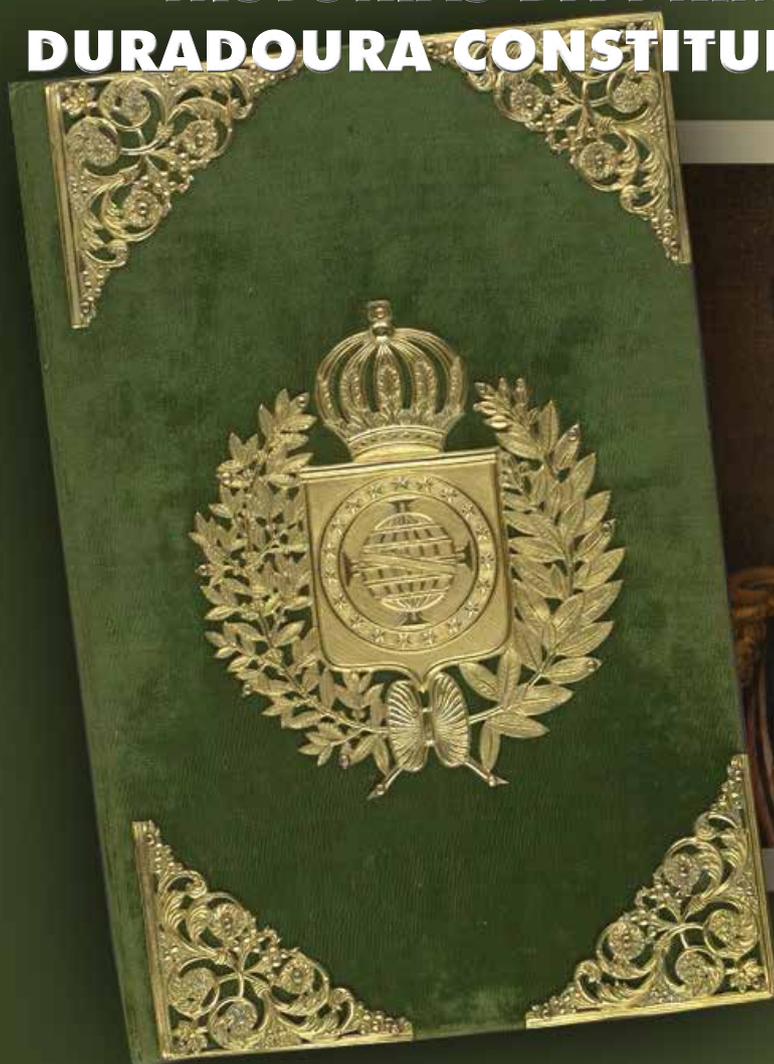
no espaço democrático

espaço
democrático

Fundação para Estudos e Formação Política do PPS

200 ANOS:

HISTÓRIAS DA PRIMEIRA E MAIS DURADOURA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA



Conversa com

CHRISTIAN LYNCH

Doutor em Ciência Política, Professor no Instituto
de Estudos Políticos e Sociais da UERJ



diálogos no espaço democrático são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD



Para assistir ao vídeo,
aponte a câmera do celular
para este código

“O homem que colocou o Brasil em pé se chamava Bernardo Pereira de Vasconcellos. Hoje ninguém sabe quem foi”.

A pesar de ter sido imposta pelo imperador, a Carta de 1824 ainda hoje é a mais longeva da nossa história: vigorou até a proclamação da República, em 1889, completando 65 anos. E continuará sendo a de vida mais longa ao menos até a metade deste século - a Constituição de 1988 a igualará em longevidade somente em 2053.

E por que uma Constituição imposta, que espelhava os desejos arbitrários do monarca, durou tanto tempo? Para o doutor em ciência política **Christian Lynch**, há uma explicação: “Porque era boa”, disse ele em entrevista de **junho de 2024** no Espaço Democrático e disponível em seu canal de Youtube (<https://youtu.be/b6N1cM69DMw>)

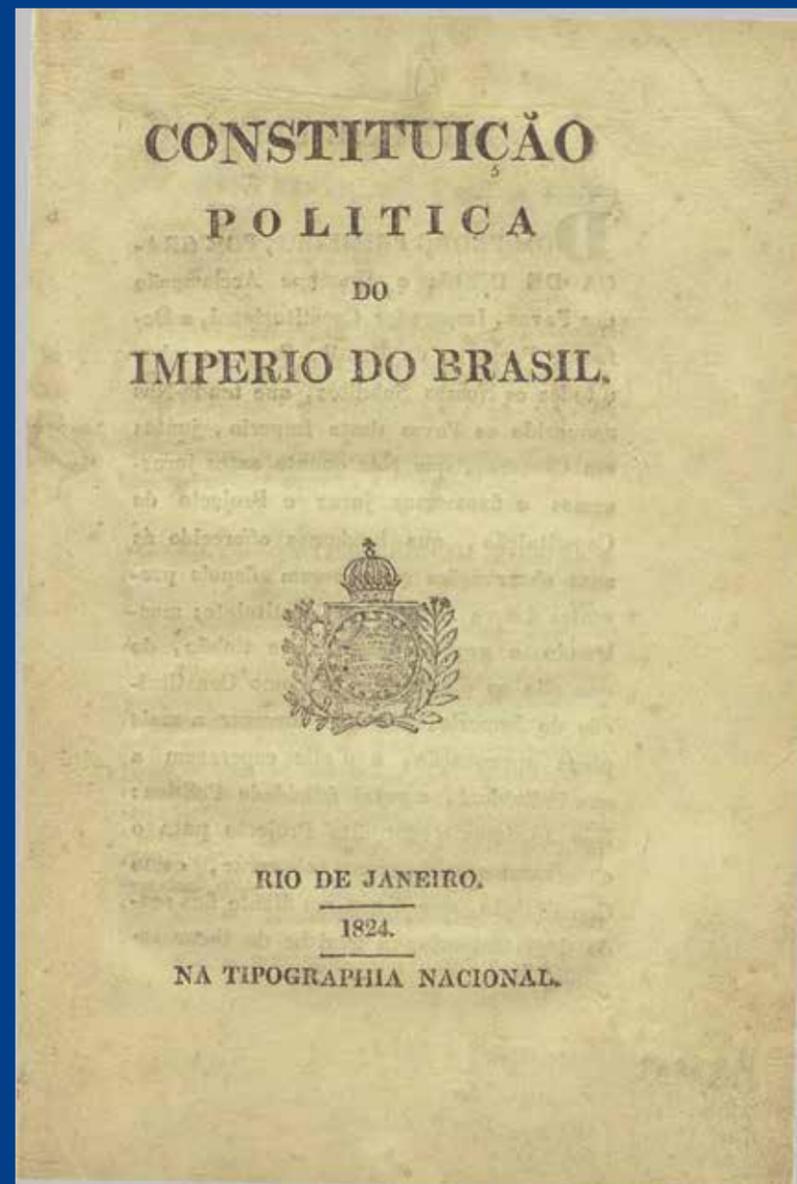
Lynch é doutor em ciência política, professor de Pensamento Político Brasileiro no Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IESP) - vinculado

à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) - e pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa. É autor do livro **Liberdade sem Anarquia: o pensamento político do Marquês de Caravelas**, um dos importantes personagens da nossa primeira Carta - foi o principal integrante do Conselho de Estado que deu forma final ao primeiro texto constitucional depois da dissolução da Assembleia Constituinte.

Caravelas, como vários outros personagens da elite política imperial, acabaram relegados ao esquecimento, segundo Lynch. “O Brasil tinha uma elite política imperial muito hábil, mas a gente não ouve falar deles, só de José Bonifácio”.

Este caderno traz a íntegra daquela entrevista.

Boa leitura.



**Rubens Figueiredo, Sérgio Rondino,
Rogério Schmitt, Christian Lynch**

Sérgio Rondino - A primeira das sete Constituições brasileiras acaba de completar 200 anos. Imposta por D. Pedro I em 25 de março de 1824, pouco mais de 18 meses após a Proclamação da Independência, é, ainda hoje, a Carta que mais tempo durou em nossa história: 65 anos. Isso apesar do seu conturbado processo de elaboração. Quem vai conversar conosco neste *Diálogo no Espaço Democrático* sobre essa primeira Constituição Brasileira é um especialista no tema, o doutor em Ciência Política Christian Lynch. Ele é professor de Pensamento Político Brasileiro no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa. Foi pesquisador no Centro de Pesquisas Políticas Raymond Aron, em Paris, e professor visitante nas universidades Agostinho Neto, em Luanda, Angola, e Nacional de Cuyo, em Mendoza, na Argentina. É autor do livro *Monarquia sem Despotismo e Liberdade sem Anarquia, o pensamento político do Marquês de Caravelas*, que é um dos importantes personagens da nossa primeira Carta.

Professor Christian Lynch, seja bem-vindo ao Espaço Democrático.

Christian Lynch - Muito obrigado, Sérgio. É um prazer estar aqui com vocês.



Sérgio Rondino - Muito obrigado. Nós temos, neste *Diálogo no Espaço Democrático*, a participação dos cientistas políticos Rubens Figueiredo e Rogério Schmitt, ambos colaboradores da fundação Espaço Democrático. Professor, eu gostaria de começar com um rápido e simples histórico a respeito da nossa primeira Constituição. Para que as pessoas possam entender depois a sequência da nossa conversa.

Christian Lynch - Para entender a nossa primeira Constituição temos que entender o que é Constitucionalismo. Constitucionalismo é um movimento que veio para acabar com o tipo de governo autoritário, arbitrário e ilimitado, que existia antes da existência das Constituições.

Na escola, a gente aprende que existia um negócio chamado absolutismo. Isso é uma coisa interessante. Quando aprendemos sobre a Independência, aprendemos que a gente se separou de Portugal, mas há o fato de que a gente deixou de ser um regime absoluto para se tornar um regime constitucional - um governo limitado pelas leis, baseado no governo representativo, no qual a nação escolhe os seus representantes e passa a ter um Estado dividido em três poderes, sendo que alguns deles são eletivos, a gente escolhe. Isso não é uma coisa que nasceu com a natureza, foi produto de uma revolução. Houve a Revolução Francesa, que teve ecos no resto do mundo, e também no mundo luso-brasileiro. Ela chegou a Portugal - foi aquele evento que a gente conhece como Revolução Constitucionalista do Porto.

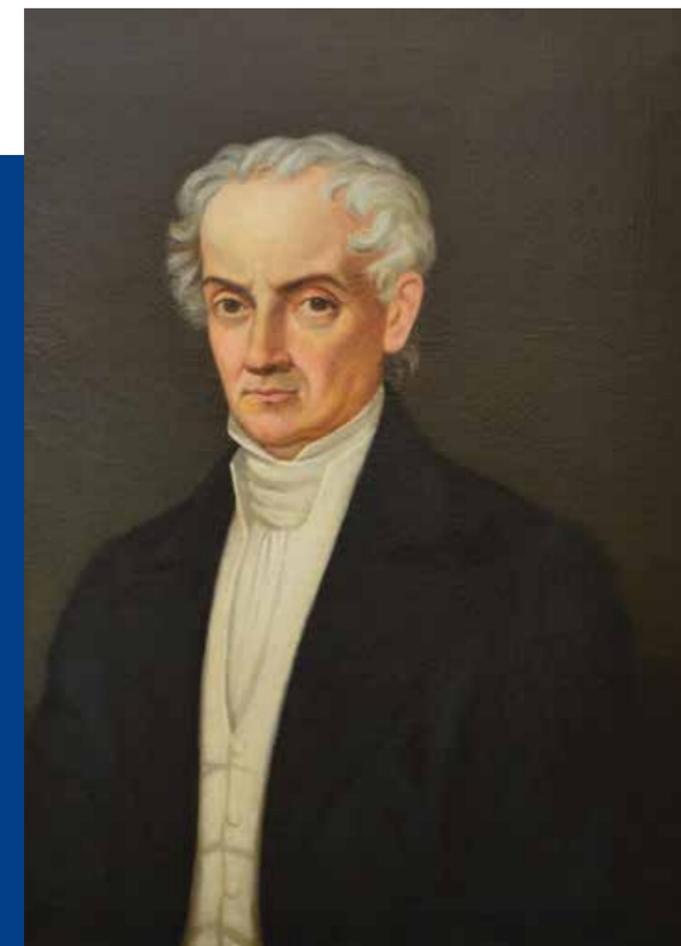
Então, houve essa revolução em Portugal e essa revolução também chegou ao Brasil. E aí acabou o governo absoluto da Monarquia. Foi nesse contexto que começou o movimento do Constitucionalismo em Portugal e no Brasil. Foi no meio desse movimento que o Brasil se separou de Portugal. Porque a maior parte das pessoas do Brasil não queria a Constituição que estava sendo feita nas

Cortes de Lisboa, que era uma Constituição na qual o Brasil voltaria a ser governado só de Portugal, ainda que dentro de uma Constituição. E aí começou o movimento constitucionalista dentro do Brasil, separado. E veio a Independência, o imperador convocou uma Assembleia Constituinte, a de 1823, para fazer uma Constituição. E aí - todo mundo lembra dessa aula - a Constituinte e o imperador tiveram entreveros, a Constituinte acabou sendo dissolvida em novembro de 1823 e o imperador deu ao País uma Constituição baseada num projeto revisto da Constituinte de 1823. E aí essa Constituição, que foi a primeira do Brasil, entrou em vigor no dia 24 de março de 1824.

Sérgio Rondino - Com D. Pedro I como Poder Moderador? Foi essa a diferença entre o que eles pretendiam antes e o que o imperador exigia?

Christian Lynch - Quem controlava a Constituinte quando ela foi dissolvida eram os irmãos Andrada: José Bonifácio, Martim Francisco e o Antônio Carlos.

Antônio Carlos de Andrada era irmão de José Bonifácio, que era primeiro-ministro. Antônio Carlos, era líder do governo na Constituinte. Originalmente eles estavam do lado do mesmo grupo de D. Pedro I, que queria uma Constituição diferente daquela que estava sendo feita lá em Portugal. A Constituição que estava sendo feita em Portugal era o que eu chamo de Monarquia Republicana. Só tinha uma Câmara, que representava exclusivamente a soberania do povo, e o rei era uma espécie de comissário da Assembleia, não tinha poder próprio. Ele era uma espécie de funcionário da Assembleia, não podia dissolver a Câmara... E o pessoal que estava no entorno de D. Pedro I, José Bonifácio, os Andrada e outros personagens que vão fazer parte do Conselho de Estado de D. Pedro I, lá na frente, alguns meses depois, queria uma Constituição parecida com a



Os irmãos Andrada: José Bonifácio e Antônio Carlos

da Inglaterra e a da França. Era uma Constituição em que os poderes eram separados, mas iguais. Não tinha a superioridade do Legislativo sobre o Executivo e o rei podia dissolver a Câmara, como é nos regimes parlamentares hoje em dia.

O que aconteceu no meio do caminho é que, como eu falei, os irmãos Andrada brigaram com o imperador. E o projeto que eles apresentaram não tinha a dissolução da Câmara. E o que aconteceu? Eu acho que o Poder Moderador entra como uma forma de justificar o poder que o Imperador deveria ter de dissolver a Câmara, como era na Inglaterra e na França. Tem outras razões também, né? Havia a

ideia de que deveria ter um poder uno, no alto, para dividir embaixo; tinha que ter um poder no alto que unificasse, também. É uma história interessante.

Rubens Figueiredo - Christian, uma Constituição, uma Constituinte, um texto constitucional, é sempre produto de uma correlação de forças em determinado momento histórico. Havia muita diferença entre aquilo que estava sendo proposto na Constituinte que foi dissolvida e o resultado final da Comissão, que foi nomeada pelo Imperador? O que saiu diferente entre esses dois momentos?

Christian Lynch - Ótima questão. Em primeiro lugar, a Assembleia estava discutindo um anteprojeto elaborado pelo Antônio Carlos de Andrada, que era presidente de uma comissão instalada para fazer o anteprojeto que os constituintes iriam debater. A gente não tem como saber se esse projeto ia chegar ao fim, se ele seria aprovado ou não, porque foram discutidos só, eu acho, 16 artigos. E o projeto tinha duzentos e tantos, 250, 260, por aí.

Esse projeto, depois, foi conhecido por um nome meio ridículo de Constituição da Mandioca, porque nele havia um dispositivo em que você calculava o valor que os eleitores deveriam ter para poder votar. E aí ele era calculado em um percentual de alqueires de mandioca, o rendimento de tantos alqueires de mandioca. É uma coisa meio ridícula, mas o anteprojeto não era ridículo, isso é o que é importante.

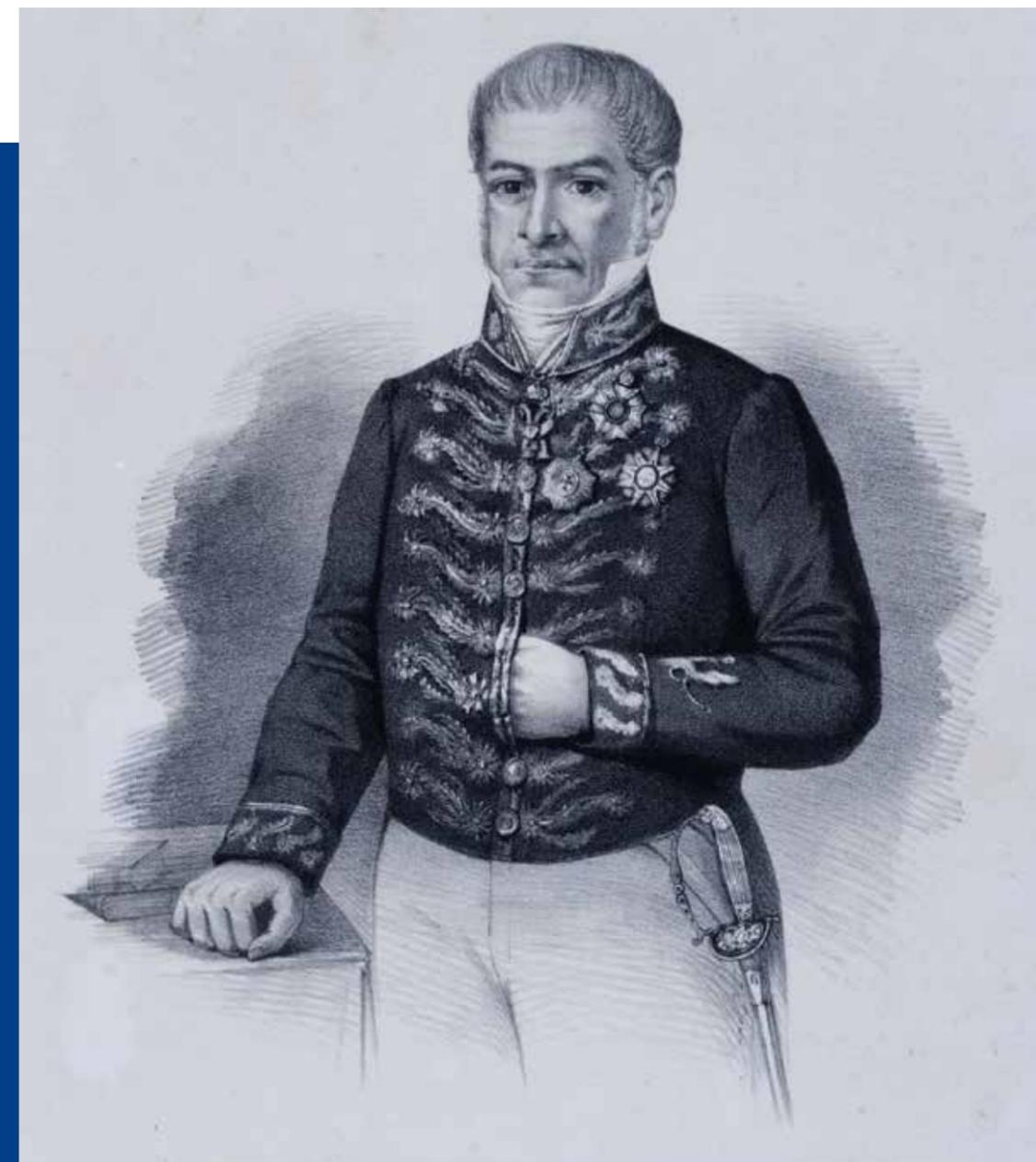
A base das bases da Constituição original era a Constituição de Portugal, que era essa em que o rei era um pau-mandado da Assembleia; tinha muita coisa boa em termos de direitos fundamentais, mas tinha essa concentração de poderes dentro da Assembleia, que era unicameral, uma câmara só. Então, o que acontece? O pessoal que estava no entorno de D. Pedro I, inclusive os Andrada, queria que a divisão de poderes fosse igual à Constituição da Inglaterra.

Então, embora os Andrada tenham brigado no meio do caminho com D. Pedro, o anteprojeto deles previa um Senado - então já um sistema bicameral - e previa muitas coisas diferentes em relação ao projeto da Constituição portuguesa, que era a base geral. Mas eu, pessoalmente, acho que se a Constituinte tivesse chegado ao final, ela não aprovaria o projeto do Antônio Carlos como ele estava. Porque o projeto do Antônio Carlos era estupidamente centralizador. Os Andrada pensavam que o Brasil tinha que ser redividido, que tinham que acabar as províncias do Brasil - que

hoje são os Estados, mais ou menos os mesmos, com algumas modificações. Achavam que tinha que redividir o território nacional todo, como a Revolução Francesa tinha redividido o território da França. A França era dividida em províncias antes da Revolução. Para exprimir a unidade da soberania nacional, foi redividida em mais ou menos 50 departamentos, todos mais ou menos iguais uns aos outros, 50 quadradinhos. Os Andrada queriam fazer uma coisa semelhante aqui.

E o outro grupo que apoiava D. Pedro - era o mesmo grupo, só que com duas alas; a outra ala era do Marquês de Caravelas - achava isso um perigo, tinha medo, na verdade, da sublevação das províncias que queriam autonomia. Então, em algum momento da discussão do anteprojeto de Constituição, já havia os deputados, sobretudo no Nordeste - em Pernambuco, Bahia e Ceará - falando em prol do federalismo.

Então, eu acho muito difícil que essa centralização tivesse passado. Eu estou falando disso para a gente fazer justamente uma comparação com o que saiu. Depois da dissolução da Constituinte, D. Pedro formou o Conselho de Estado que reunia os seus colaboradores mais conspícuos que tinham feito parte da Constituinte. Eles já estavam no governo desde o tempo de D. João VI, eram tipo o segundo escalão do governo de D. João VI, o Marcel da Costa, o Carneiro de Campos, futuros marqueses de Queluz e de Caravelas. Esse pessoal foi incumbido por D. Pedro de fazer o novo anteprojeto que o imperador ia oferecer para uma segunda Constituinte que iria chamar. Esses conselheiros de Estado trabalharam em cima do anteprojeto do Antônio Carlos. E o principal sujeito que mexeu, que fez o projeto de Constituinte, foi o Marquês de Caravelas, José Joaquim Carneiro de Campos. Ele fez umas modificações importantes: aumentou o número de garantias individuais, aumentou significativamente os direitos fundamentais e organizou o Poder Judiciário, que não estava organizado no anteprojeto



José Joaquim Carneiro de Campos - o Marquês de Caravelas

do Antônio Carlos - o que é uma coisa estranha, porque o Poder Judiciário estava organizado na Constituição Portuguesa. Aí eu fico imaginando que ele não organizou porque os principais Conselheiros de D. Pedro, que tinham sucedido o José Andrade de Cunha, eram magistrados.

Sérgio Rondino - Professor, apenas para aproveitar a dica. O senhor escreveu um livro sobre o Marquês de Caravelas. Ele é um personagem que alguns dizem que é um dos mais importantes na elaboração dessa Constituição. Fale um pouquinho dele para nós. Quem era essa figura?

Christian Lynch - Uma figura muito interessante porque ele não parece com certo perfil de político ou burocrático que a gente tem no Brasil. O Marquês de Caravelas era o José Joaquim Carneiro de Campos. Nasceu no final da década de 1760, era baiano, não era o filho mais velho - isso era importante no antigo regime, porque o filho mais velho herdava tudo. Então, os filhos do meio tinham que ser advogados ou padres. As famílias eram grandes, mas eles não iam herdar nada, então tinham que se virar.

E aí ele foi mandado para Coimbra para estudar cânones, provavelmente para virar religioso, mas lá ele não se deu muito bem com isso e foi estudar Direito. Foi incorporado a uma turma de brasileiros que era, digamos assim, tutelada ou orientada por um ministro muito importante de Dona Maria I e depois de D. João VI, que era Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, que depois recebeu o título de Conde de Linhares. Dom Rodrigo foi ministro da Marinha. Ele seria o cara responsável pela transferência da corte para o Brasil. Era da ala da corte de D. João que era anglófila, mas ao mesmo tempo ele era, digamos assim, pró-Brasil.

Dom Rodrigo dizia que Portugal, sozinho, não valia nada, Portugal só valia alguma coisa porque tinha um império, e o império era o Brasil. Então tinha que tratar bem os brasileiros que iam para Coimbra, inseri-los dentro do Estado português, dar cargo, entendeu? Você vai cooptando e vai socializando essas elites luso-brasileiras dentro do mesmo Estado. Isso era uma maneira de evitar a separação, que já tinha acontecido nos Estados Unidos. Então, o pessoal que foi para o Conselho de Estado de Dom Pedro I antes tinha sido funcionário público, servidor dentro da máquina de Estado de Dom João VI; e, antes, de Dona Maria I, por causa do Dom Rodrigo. Eles tinham a ideia de que o Brasil devia ficar junto, não podia se separar, e que era necessário dar muita força para a Monarquia.

Monarquia significa que você tem que dar muita

força para o poder, força para o poder Executivo. Porque o império português e o Brasil eram muito atrasados. Então, tinha que ter uma coroa forte para poder modernizar o país. Já viram que essa conversa é de longo prazo, né? Essa ideia de que tem que ter um governo forte para desenvolver o Brasil - vem do Marquês de Pombal, do século 18.

O Caravelas era o mais moderado de todos. Então, ele chegou a ser oficial maior, que abaixo do ministro era o maior cargo nos ministérios. Ele estava em Lisboa, depois veio servir no Rio. Em algum momento ele foi chamado, depois da Independência, para trabalhar com Dom Pedro e com outros burocratas. A maioria era desembargador, magistrado. Ele não. O irmão dele era, mas ele não era. E ele era o sujeito que mais entendia de direito público e de constitucionalismo na época. Isso é uma coisa interessante. Mas ele tinha um perfil absolutamente discreto, era discretíssimo. Não participava de debates da imprensa. A liberdade de imprensa tinha começado justamente ali, em 1821. Ele não se metia nesse negócio. Ele tinha horror de revolução. Diziam que era meio medroso, inclusive. Mas como ele sabia muito, e era um cara muito ponderado, foi logo colocado para dentro da maçonaria por José Bonifácio e Dom Pedro. E aí ele ganhou um codinome muito interessante, que mostra bem como ele se via. O cognome dele era Aristóteles. É um cara que sabe tudo e ao mesmo tempo é muito moderado, muito equilibrado, tem o sistema político na cabeça. Na verdade, ele gostava também de Montesquieu. Montesquieu também é o cara do equilíbrio. O apelido de Montesquieu era o Aristóteles moderno.

Ele era um discípulo dessa ideia da moderação, do equilíbrio - tem que ter um poder forte, mas tem que ter liberdade forte também. Então, quando a gente lê os anais da Constituinte de 1923, a gente vê que ele era o cara que mais sabia ali, mais do que o Antônio Carlos, o irmão de José Bonifácio. Só que o Antônio Carlos era um político, e ele não era um



Quadro retrata a Assembleia Constituinte de 1823

político. Ele era um homem mais de administração, mais intelectual, o que não o impediu de ser ministro várias vezes. E no final, quando D. Pedro renunciou, ele chegou ao ápice da carreira, foi regente do Império, fez parte da regência provisória.

Rogério Schmitt - Christian, eu já estou há algum tempo afastado da docência, mas lembro que sempre que falava sobre a Constituição de 1824, havia uma resistência muito grande dos alunos a estudar esse período. Então, na verdade, a minha pergunta é dupla. Ainda existe essa resistência? Quais são os debates mais interessantes em sala de aula que você tem sobre esse tema? E aí eu já emendo a segunda pergunta: a que você atribui a longevidade da Constituição de 1824, que ainda será por algumas décadas a Constituição mais longa do Brasil? Talvez na nossa vida a gente ainda consiga ver a Constituição de 1988 quebrar esse recorde, né?

Christian Lynch - É tudo que eu quero, meu amigo. Acontece uma coisa curiosa na história do Brasil. Na Europa não tem muito esse negócio de associar o advento do constitucionalismo com a Monarquia Constitucional. O constitucionalismo veio, acabou o antigo regime e veio a Monarquia Constitucional. Até a hora em que a Monarquia acaba, vem a República. Ou a Monarquia não acaba. Porque tem países europeus que ainda são Monarquia. A gente tem que ver os experimentos monárquicos que aconteceram na América. Em quase toda parte deu errado porque não veio nenhum príncipe europeu para cá. E para ter um príncipe autóctone era difícil porque todos aqueles generais caudilhos iam disputar entre si quem ia ser o monarca. O México tentou, esteve lá um império de nove meses, caiu e acabaram fuzilando o general.

No caso do Brasil, nós tivemos 67 anos de Monarquia Constitucional - mas Monarquia, no

Brasil, foram 81 anos, temos que contar da chegada de Dom João VI. A gente esquece isso. Na verdade, nossa independência se deu com a chegada de Dom João. A gente ficou independente debaixo da Monarquia absoluta. Foi em 1808.

Então, o que acontece? Existe uma tendência a achar meio confuso esse negócio de quando é que o Brasil ficou independente. Foi em 1808, em 1822 ou em 1889, com a República? Parece que o País nasceu duas vezes, entendeu? Você monta uma explicação. A gente tem um panteão da pátria, a gente tem o 7 de setembro, tem Dom Pedro e José Bonifácio, tem aqueles caras que estavam lá - (Joaquim Gonçalves) Ledo, Evaristo da Veiga. Temos os personagens do Império, são os fundadores do Império do Brasil. E, de repente, a República quer passar a borracha na Monarquia Constitucional, na história da Monarquia Constitucional, e fazer outro panteão. Inventam Deodoro, López Trovão, Benjamin Constant, Floriano Peixoto. E aí fica uma baderna. Então, existe uma certa tendência, às vezes, de você achar que a Monarquia foi um acidente, era um negócio que não tinha que ter acontecido, ou era uma coisa negativa porque tinha escravidão, ou era alguma coisa velha porque não tem mais nada a ver com os dias de hoje, porque a gente não tem mais monarquia, não tem mais centralização. Então, eu acho que a o período da Monarquia Constitucional é meio malvisto, fizeram dele alguma coisa malvista. A República pintou o caneco com o Império. Então, há essa resistência em entender que o Império era um regime liberal, um regime parlamentar, o imperador não era absoluto. E tem gente que olha para a Monarquia Constitucional e fica achando que o regime era absoluto. Não era. Então, eu acho que tem esses mal-entendidos. Não sei se tem jeito isso, não. Porque uma coisa é o que a historiografia profissional explica. Outra coisa - que está dando na cabeça das pessoas - são as disputas ideológicas sobre o passado. Então, são os radicais falando mal do Império, os liberais falando mais ou

menos bem, os conservadores achando maravilhoso. E em cada um deles o Império é uma coisa diferente. É engraçado.

Agora, é bom chamar a atenção também para o fato de que eram vários impérios. A gente tem várias repúblicas também, não tem? Primeira República, era Vargas, República de 1946. Não é uma República só. O Império também é assim. Temos o Primeiro Reinado, a Regência, o Segundo Reinado, o final. E são períodos diferentes do ponto de vista da política.

Aí vem a segunda pergunta. Por que a Constituição durou tanto? Porque a Constituição era boa. É engraçado isso. A Constituição era boa. E houve um acordo, que não existia no começo, em torno da Constituição. Porque a Constituição passa por ter sido outorgada pelo imperador. Mas tem um negócio interessante que é difícil de entender hoje, mas... o imperador não era imperador com direito divino. O poder dele vinha do fato de ter sido aclamado pelo povo, por ter feito a Independência. Quando a gente olha a fórmula legal, é assim: Dom Pedro I, imperador constitucional, defensor perpétuo do Brasil, por graça de Deus e a unânime aclamação dos povos. Então, o poder do imperador tem um fundamento democrático, por incrível que pareça. Isso é uma coisa superinteressante. A tradição era a colônia, era Portugal. Então, foi preciso inventar uma tradição baseada na soberania da nação. Foi o povo que escolheu Dom Pedro. Então, esse é um aspecto interessante de legitimação da Monarquia, pela vontade do povo.

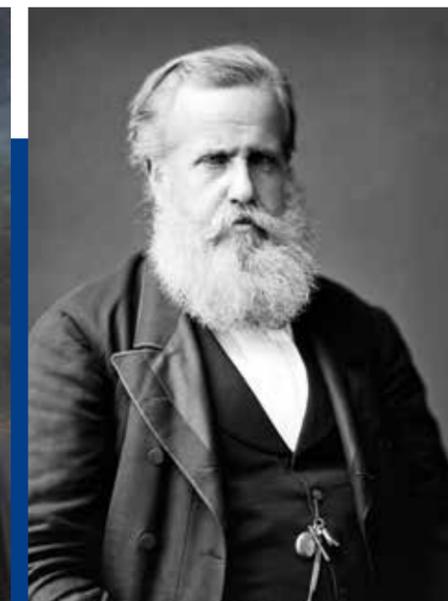
Agora, os liberais, os mais radicais pelo menos, não aceitaram a Constituição. Houve o levante no Nordeste, a revolução da Confederação do Equador, que não foi brincadeira. Teve Pernambuco, Bahia, Ceará, Paraíba, que teve que ser reprimida. Mas o que acontece? Com a Regência, os liberais tomam o poder, depois de 1831, e não fazem a República, fazem uma alteração na Constituição. Eles fazem uma mini constituinte, por assim dizer. E reformam



Dom João VI



Dom Pedro I



Dom Pedro II

a Constituição, que passa a ter descentralização político-administrativa. As províncias passam a ter assembleias legislativas. As províncias passam a ter competência própria. E aí os liberais fazem as pazes com a Constituição, entenderam? É aquele momento em que foi lavado o pecado da dissolução *mano militari* de Dom Pedro. Criou-se ali um consenso em torno da Constituição. É claro que, mais adiante, quando os dois partidos vão passar a existir, o conservador e o liberal, passa a existir outro problema. Porque os conservadores vão dar um passo atrás na obra dos liberais, na descentralização. Mas depois vem o quê? Vem o poder moderador e os liberais se revoltam contra a ação recentralizadora dos conservadores. Mas vem o poder moderador de Dom Pedro II e o que ele faz? Anistia os liberais revoltosos e depois os chama para fazer o governo.

Aí os liberais percebem que podem alternar o poder. Tem alternância de poder dentro da Monarquia Constitucional. E aí se estabiliza o sistema.

E a Constituição era muito flexível também. Já no

começo do Segundo Reinado começa um regime parlamentar. Um pouco por imitação do que havia na França e na Inglaterra. E aos poucos o imperador vai dando mais poder para o parlamento. Quer dizer, é a história de toda a Monarquia Constitucional europeia do século 19. Então, digamos assim, ficou claro que o sistema comportava a dissidência moderada e havia espaço para todo mundo ali dentro, ninguém precisava recorrer à guerra civil, dali para frente, para conseguir tomar o poder. Que era o que acontecia na América hispânica. Tirando o Chile, o resto da América hispânica é uma instabilidade política, um caos de guerra civil até o final do século 19.

Nenhuma Constituição sozinha bota nada em pé. Mas foi alcançado esse consenso razoável que pacificou o Estado Nacional. Por volta de 1950, 1960, o Estado brasileiro unificado está consolidado. O que foi relativamente cedo, comparado aos outros países da América Latina. Então, era uma Constituição interessante, era elástica, flexível. Eu acho que por isso ela durou tanto.



MAS É ENGRAÇADO QUE A GENTE NÃO OUVI FALAR DELES. NO RESTO DA AMÉRICA LATINA VOCÊ OUVI FALAR DELES. NO CHILE VOCÊ OUVI FALAR NOS PRÓCERES, NO (BERNARDO) O'HIGGINS, NO (DIEGO VICTOR) PORTALES, NO (JUAN) MACKENNA. NA ARGENTINA TAMBÉM: (BERNARDINO) RIVADAVIA, (MANUEL) ALBERTI. ESSE PESSOAL TODO VOCÊ OUVI FALAR. AQUI, NÃO. SÓ JOSÉ BONIFÁCIO. POR QUÊ? PORQUE, DE ALGUMA MANEIRA, QUANDO VEM A REPÚBLICA, A MONARQUIA FICA ENCARNADA QUASE QUE SÓ NOS MONARCAS. E AÍ OS NOMES DOS HOMENS QUE PUSERAM O BRASIL EM PÉ... E O BRASIL FOI POSTO EM PÉ NÃO PELOS IMPERADORES, MAS PELA ELITE POLÍTICA”.

Rubens Figueiredo - Christian, quando a gente estuda esse período, vê o nível de habilidade que aqueles políticos tinham. Eles conseguiram implementar num cenário, que eu diria, de extrema dificuldade. Afinal de contas, ele não era só o imperador, era o herói nacional, Dom Pedro era o herói nacional. Você acha que o Brasil foi privilegiado em ter os três primeiros governantes desse calibre - Dom João, Dom Pedro I e Dom Pedro II? Dessa categoria, vamos dizer assim?

Christian Lynch - Duas coisas. Uma, que você levantou, que é muito importante lembrar. Existia uma elite política imperial muito hábil. Uns mais que os outros, uns melhores que os outros. Eles não eram todos iguais - havia os liberais, os conservadores. Não eram farinha do mesmo saco. E os liberais não eram iguais. Havia muitas diferenças entre eles. Mas, obviamente, também havia o

consenso geral em torno da Constituição, do regime, do parlamentarismo e tal.

Mas é engraçado que a gente não ouve falar deles. No resto da América Latina você ouve falar deles. No Chile você ouve falar nos próceres, no (Bernardo) O'Higgins, no (Diego Victor) Portales, no (Juan) Mackenna. Na Argentina também: (Bernardino) Rivadavia, (Manuel) Alberti. Esse pessoal todo você ouve falar. Aqui, não. Só José Bonifácio. Por quê? Porque, de alguma maneira, quando vem a República, a Monarquia fica encarnada quase que só nos monarcas. E aí os nomes dos homens que puseram o Brasil em pé... E o Brasil foi posto em pé não pelos imperadores, mas pela elite política.

Na virada da Regência para o Primeiro Reinado, em torno de 1840, o nome desse pessoal some. É uma injustiça. Ou pelo menos torna a compreensão da história do Brasil muito prejudicada. O homem que botou o Brasil em pé, gostem ou não, se chamava Bernardo Pereira de Vasconcelos, que

formou o Partido Conservador. É o cara que fez o regresso conservador, que foi o movimento que acabou com as guerras civis da regência, com as revoltas regenciais, que criou um modelo de governabilidade, semiautoritário, que pacificou o País. Quem foi Bernardo Pereira de Vasconcelos? Ele foi considerado, no século 19, até a República, o maior político brasileiro. Hoje ninguém sabe quem é. Por quê? Porque ficam só no Dom Pedro I e no Dom Pedro II. Ficam só nesses dois.

Quanto ao seu segundo ponto, eu diria o seguinte: o Brasil teve sorte de ter Monarquia Constitucional no período de construção do Estado nacional. Segundo, que o rei do Brasil e de Portugal fosse o cara ... o Dom João VI. Em terceiro lugar, que na hora da Independência fosse o sujeito meio estourado, Dom Pedro I. E teve uma coincidência de temperamentos, também. E que na hora de pacificar e consolidar o País fosse o sujeito da têmpera de um Dom Pedro II, que foi realmente fora de série.

Mas só podia ser fora de série porque ele não era presidente. Não era votado, não tinha que disputar, não tinha partido, não tinha cargo. Ele foi um dos melhores monarcas do século 19, comparativamente falando.

A gente tem poucos caras assim, quanto mais num lugar periférico atrasado, como foi o Brasil. Por que eu acho que a gente teve sorte de ter Monarquia naquele momento? Porque os países da América Latina tinham que se tornar constitucionais porque ficaram livres. Não podiam proclamar independência e ter poder absoluto. E não tinham reis. Mas havia uma tradição absolutista, apesar do constitucionalismo... O constitucionalismo era muito da boca para fora. Era uma ideia que não tinha muito enraizamento na sociedade. E na própria elite. Eu diria que um dos problemas da América hispânica foi que o rei da Espanha se recusou a deixar que os filhos ou os irmãos fossem reis ou imperadores dos novos países do novo mundo. A maior parte

queria. Tinha os países que queriam ser Monarquia também. Esses países estavam despreparados para a República. Não havia sentimento de identidade nacional. Essas nações que foram criadas depois da independência só existiam no papel.

Mantida a Monarquia no Brasil, agora constitucionalizada, era o mesmo sujeito que era herdeiro do trono. Então, você pode passar a legitimidade do poder para ele em um ambiente constitucional. Isso evitou que vários caudilhos, novos políticos, fazendeiros ou militares disputassem o poder entre si. Nesse caso, provavelmente o País teria se separado em vários pedaços. Mas, como foi mantida a legitimidade tradicional da Monarquia, foi possível contribuir para manter a unidade do território.

Havia uma vantagem adicional também. Às vezes, de coisas ruins vêm coisas boas. O Brasil não tinha universidade. A elite, quando queria estudar, tinha que ir para Coimbra. E aí, em Coimbra, todo mundo se conhecia. Então, quando vieram para o Brasil, e houve a Constituinte, abriu o Congresso, todo mundo tinha mais ou menos uma homogeneidade ideológica em torno dessa ideia do Brasil Império, que o Brasil tinha que ficar junto, que tinha que respeitar a Monarquia, que o Brasil ia ser potência. A elite não era toda homogênea, não, mas esse pessoal que veio de Coimbra para trabalhar no Estado brasileiro, no serviço público, tinha mais ou menos a mesma mentalidade. Então, eu acho que nesse sentido realmente foi uma sorte.

Para terminar, vou dar só um contraexemplo. Vou dar um exemplo do Chile, que foi o outro lugar que conseguiu estabilizar rápido também. O Chile teve guerra civil até 1833. Criou uma República em 1833, uma Constituição em 1833, que durou até 1925, que era uma Constituição de uma república monárquica. Eu falei em monarquia republicana, agora eu vou falar de uma república monárquica. Lá os presidentes ficavam dez anos no poder.

Cinco mais cinco. Eles escolhiam os deputados e senadores. Era tudo de cima para baixo. Quer dizer, era uma república super autoritária, mas foi ela que, naquele momento de caos, estabilizou.

Ou seja, a moral da história: eu acho que a Monarquia Constitucional no Brasil permitiu até que esse processo fosse menos autoritário do que foi no Chile, por exemplo. Não foi caótico como nas repúblicas que não eram conservadoras naquele momento. Mas também ainda foi um processo mais ordeiro que o das repúblicas que imitavam os Estados Unidos.

Sérgio Rondino - Professor, há um aspecto que eu acho muito interessante sobre isso - e o Rogério também fez alguma referência: o interesse dos alunos sobre as antigas constituições e o desconhecimento total sobre essas figuras que fizeram a construção da nação brasileira. São figuras desconhecidas. Você fez um livro sobre o Marquês de Caravelas, do qual eu confesso que nunca tinha ouvido falar, embora me interesse muito por História. Mas é um personagem...

Christian Lynch - Às vezes eu acho que inventei, que esse cara não existiu...

Sérgio Rondino - Pois é, mas note o seguinte: se você pega, por exemplo, a filmografia brasileira, os poucos filmes históricos que temos transformam os personagens em piada. Dom João VI era aquela figura que parecia bobo, fazia cocô no meio do mato e parecia um idiota comendo frango. Foi isso que fizeram dele. Dom Pedro aparece sempre como aquele sujeito que tinha montes de amantes, Marquesa de Santos, batia na esposa, blá-blá-blá. Agora, não existe no Brasil, eu nunca vi, um bom filme político sobre esses personagens. Essa história que você está contando aí, de como a Constituição foi feita,

das lutas políticas, das pessoas que eram mais moderadas, não existe nada parecido, nada que seja interessante. Pega um filme, por exemplo, como *The Post (que trata da investigação do jornal americano Washington Post sobre os Pentagon Papers, documentos secretos sobre o envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã)*. Belíssimo filme político. Pode ser chato para muita gente, mas você conhece as pessoas, os personagens, vão para a História. Os nossos não. Os nossos viram referências profundamente chatas em aulas de primário e secundário. É assim ou estou exagerando?

Christian Lynch - É assim mesmo. E vou te explicar por que é assim.

Rogério Schmitt - Olha, eu só queria discordar do Rondino porque eu moro aqui no bairro do Ipiranga, em São Paulo, e metade das ruas do bairro são nomes de personagens desse período.

Sérgio Rondino - Mas as pessoas passam e perguntam: quem é fulano, quem foi fulano? Não têm a menor ideia.

Christian Lynch - Eu acho que tem dois fatores aí. Um é porque eu não sei se na América toda, se só na América Latina ou se só no Brasil, a História não é um tipo de conhecimento que mobiliza muitas pessoas. Não sei se o Brasil sempre se viu como país do futuro. Sempre se viu até cinco anos atrás, agora como país do passado. Mas, enfim, era o país do futuro. E aí o passado é sempre malvisto.

O passado é ter que demolir, é porcaria, é atrasado, é português, é escravidão. Então, o passado é malvisto e lugar de coisa velha é no museu. Então, acho que tem um pouco dessa mentalidade. Mas do ponto de vista mais ideológico, que eu acho que é o que interessa mais entender, a gente tem duas

maneiras preponderantes de contar a História do Brasil. Uma conservadora e a outra radical. Radical que depois vai ser também de esquerda. E olhem que essas maneiras de contar a história do Brasil já existiam no século 19, por isso elas são tão resistentes.

Se a gente está falando da Independência, não vai esquecer do filme *Independência ou Morte*, de 1972, com Tarcísio Meira e Glória Menezes. Se você superar o riso, se olhar de maneira sem segurar o riso, o que mostra o filme? É uma expressão do que eu chamo de interpretação conservadora, ou narrativa conservadora da história do Brasil. É assim: a história do Brasil são os grandes homens, são as elites pensantes e patrióticas que fazem as coisas acontecerem. E as histórias são eles. A história do Brasil é centrada nos monarcas e eventualmente no José Bonifácio e tal. Então, você vai entender a personalidade deles. O que marca a historiografia conservadora? É a ideia de que o passado do Brasil é bom. Aconteceu um acidente ali, no meio caminho, as Cortes de Lisboa quiseram recolonizar o Brasil. E aí a gente, de forma legítima, teve que se defender fazendo a Independência. Então, a revolução da Independência é uma coisa que a gente não queria fazer, mas teve que fazer. Mas o resto a gente guardou, guardou a monarquia, fez um constitucionalismo moderado.

O que a historiografia conservadora diz? Ela diz o seguinte: olha, o passado é bom e o presente está bom; e o futuro, vamos mudando devagarinho, vamos mudando bem devagarinho. Essa é a historiografia conservadora. Quando você conta a história do Brasil é assim: Dom Pedro I, o seu alazão, Ipiranga, tinha a dona Leopoldina, José Bonifácio, o maior mineralogista do mundo... A radical também acha que o tempo está quase parado. Porque na conservadora o tempo está meio parado, vai mudando devagarinho, tem que manter como está. O radical também pensa de maneira parecida

nesse aspecto. O tempo está parado, o tempo está congelado, nada muda. Só que isso é péssimo na historiografia radical. Eles sempre vão descrever o Brasil como uma elite que... É uma situação política em que há uma elite que oprime o povo. O povo está permanentemente oprimido. E tudo o que acontece, na verdade, não muda nada.

Você já ouviu isso, é assim: veio a Independência, mudou nada, mudam as moscas, a merda continua a mesma. Aí depois vem a abolição da escravidão, não muda nada. Mudam as moscas, mas não sei o quê. Aí veio a República, também não mudou, no fundo, não mudou nada. Quer dizer, é a história de uma farsa. As mudanças são cosméticas, as elites dão os anéis para não perderem os dedos e o povo está sempre arrebitado, está sempre oprimido. Quando você conta a história assim é para justificar o quê? A revolução. Uma intervenção da vontade do povo que vai fazer uma Constituição nova, que vai proclamar a República, que vai fazer a democracia, que vai implantar o socialismo. Não importa. O esquema narrativo é o mesmo. Então, nessa interpretação radical, é a espécie que você descreveu: Dom João é o pateta, o gordo, o covarde, o comedor de galinha; a Carlota Joaquina é uma ninfomaníaca; Dom Pedro é o príapico autoritário, só pensa em mulher, em emprenhar a escrava, não sei lá o quê. José Bonifácio acho que escapa um pouco desse negócio. Aí Dom Pedro II é um banana, um títere do imperialismo britânico. Todo mundo é escravista ali, ninguém quer saber de coisa nenhuma. Entendeu? Então, são essas duas maneiras de contar a história.

O nosso problema é que até agora não apareceu uma forma intermediária de contar a história, que eu chamaria de liberal moderada. Como seria uma história liberal moderada? Seria uma história que não fica olhando para o passado, tentando encontrar no passado inspiração para a política do presente. Alguém que olha para o passado como o passado. Porque se olha para o passado para

justificar o governo autoritário ou conservador. Os radicais olham para o passado para justificar hoje. Uma revolução, uma mudança, alguma coisa assim. Os liberais moderados olham a história como progresso.

Então, é assim, a história está sempre mudando. A sociedade está mudando sempre. E aí, você consegue olhar para certos períodos históricos sem essa neurose de estar sempre pensando no presente. Porque eu tenho que retratar o passado em função das necessidades do presente. Então, é assim, você consegue ter um olhar mais contextualizado para o passado. É isso que eu estou querendo dizer. Você entende melhor o passado em si mesmo, em seus próprios termos. Gente, desculpe, mas naquele tempo não tinha estrada, naquele tempo não tinha carro. Naquele tempo tinha carruagem, tinha escravidão, naquele tempo era assim.

Vou dar um exemplo interessante, se é que vocês já não viram. Eu terminei de ver ontem uma série sobre o John Adams, um dos pais da pátria americana, que está no *streaming*. E aí, aparece lá o John Adams, aparece o George Washington, o Jefferson, o Hamilton. Esse pessoal todo aparece lá. Não é grande coisa, mas é honesto. Ninguém é muito glorificado, mas também ninguém é detestado. Então, mostra mais ou menos as coisas como elas foram, os homens com suas dificuldades, suas pequenezas, suas grandezas. A gente não consegue fazer isso aqui. Talvez porque o liberal democrata, moderado, de modo geral, não está muito preocupado com a história. Ele está mais preocupado com o hoje, com a causa ambiental, preocupado com o déficit fiscal. Ele está preocupado mais com o hoje do que com o passado. O liberal moderado acredita em reforma. E

por isso mesmo a história não é alguma coisa que o mobiliza muito politicamente. Essa é uma razão possível. Mas quem sabe isso não muda em breve.

Sérgio Rondino - Professor Lynch, quero agradecer muito a sua aula aqui no nosso Espaço Democrático. Foi muitíssimo interessante. Eu quero agradecer também ao Rubens e ao Rogério pela ajuda inestimável nessa conversa. E esperar que a gente possa voltar a tratar de História de maneira tão interessante outras vezes. Muito obrigado pela sua disposição e fica aí o espaço para suas palavras finais.

Christian Lynch - Eu agradeço a vocês, Sérgio, Rubens e Rogério, por essa hora tão simpática para falar de coisas mais agradáveis, ou pelo menos coisas diferentes do que a gente tem que falar todo dia. E eu acho que fica uma mensagem de otimismo, sabe? Eu acho que a gente já enfrentou tantas dificuldades no passado, bem ou mal. Eu acho que a gente não deve ser otimista demais, mas também não deve ser pessimista demais. Acho que a gente tem que continuar apostando na política. Uma política inteligente, moderada, democrática, para conseguir lidar com as dificuldades presentes. Não se pode perder a esperança. E acho que olhar para trás mostra como a gente pode aprender com a História, com as coisas boas, e também como evitar coisas más. Obrigado.

Sérgio Rondino - Nós é que agradecemos. E eu agradeço especialmente aos que acompanharam mais esse programa "Diálogos no Espaço Democrático". Até o próximo.



<p>Presidente Alfredo Cotait Neto</p> <p>Coordenador Nacional de Formação Política Raimundo Colombo</p> <p>Coordenador Nacional de Relações Institucionais Vilmar Rocha</p> <p>Secretária Ivani Boscolo</p> <p>Diretor Superintendente João Francisco Aprá</p>	<p>Conselho Consultivo</p> <p>Presidente Guilherme Afif Domingos</p> <p>Conselheiros Alda Marco Antonio André de Paula Cláudio Lembo Omar Aziz Otto Alencar Rafael Greca Ricardo Patah</p>	<p>Conselho Superior de Orientação</p> <p>Presidente Gilberto Kassab</p> <p>Conselheiros Antonio Brito Carlos Massa Ratinho Junior Eduardo Braide Eduardo Paes Fuad Noman Guilherme Campos Letícia Boll Vargas Rodrigo Pacheco Samuel Hanan Topazio Silveira Neto</p>
---	---	---



www.espacodemocratico.org.br